



Processo nº 7/2020-AD-DLM

Aquisição de serviços

Alteração ao Projeto de Execução Parque Temático - Bragança

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços **“Alteração ao Projeto de Execução Parque Temático – Bragança”**

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da entrega dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 4.^a

Condições da aquisição

1 - O Município não se obriga a adquirir a totalidade dos serviços previstos no Caderno de Encargos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 5.^a

Preço Base

- 1 - O valor base para efeito do presente procedimento é 8.000,00€ (oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município, designadamente:
 - a. O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato no território do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte;
 - b. A documentação a fornecer.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de entrega dos serviços identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de garantia dos serviços;
 - c) Obrigação de continuidade de fabrico.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.
- 2 - Os serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Bragança por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são entregues.

Cláusula 8.^a

Entrega dos serviços objeto do contrato

1 - Os serviços do contrato devem ser entregues, mediante solicitação por parte do Município, no prazo máximo de 120 dias.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos serviços objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa], que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 — Todas as despesas e custos com o transporte dos serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.^a

Objeto do dever de sigilo

1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Prazo do dever de sigilo

1 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Secção II

Obrigações do Município de Bragança

Cláusula 11.^a

Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1- A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Bragança, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s), faseadamente do seguinte modo:

a) 1ª Prestação, 100 % com a entrega da alteração do projeto

2 - As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:

a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pelo Município;

b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo concorrente não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias úteis, contados da data de entrega da fatura.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

1 - No caso de não cumprimento dos prazos fixados para a prestação dos serviços, por razões imputáveis ao prestador de serviços é, cominável com multa calculada da seguinte forma:

$P = V \times A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos serviços e A é o número de dias em atraso.

2 - Havendo lugar a penalidades o correspondente valor será deduzido na importância a pagar ao prestador de serviços.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 14.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos serviços objeto do contrato superior a mês e meio ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Bragança.

Cláusula 16.^a

Caução

1 - No âmbito do presente contrato não é exigível a prestação de caução.

2 - O Município de Bragança, se o considerar conveniente, pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos.

Capítulo IV

Seguros

Cláusula 17.^a

Seguros

1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da sua atividade.

2 - O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 18.^a

Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

- 1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a

Prevalência

- 1 - Farão parte integrante do contrato a outorgar o caderno de encargos, o convite e a proposta do adjudicatário.
- 2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente, o caderno de encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

- 1 - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a

Introdução

Pretende-se com este procedimento a aquisição de serviços “**Alteração ao Projeto de Execução Parque Temático – Bragança**”

1. Enquadramento

Uma das áreas naturais mais emblemáticas da região de Trás-os-Montes é sem dúvida o Parque Natural de Montesinho, área de elevada importância faunística a nível nacional e europeu, quer pela grande diversidade biológica, quer pela ocorrência de espécies ameaçadas. Pretende-se, assim, com este parque fornecer ao público um espaço lúdico assente nos recursos e território da região de Trás-os-Montes, ou seja, transmitir uma imagem muito naturalizada em que predomine o carácter da paisagem e as características próprias do lugar, à semelhança do que acontece no Parque de Montesinho e, complementarmente, apostar nas vertentes da educação (ambiental e astronómica) e da conservação das espécies e dos seus habitats naturais, potenciando desta forma um território que está repleto de recursos bem característicos das Terras Frias Transmontana.

Trata-se, portanto, de um projecto integrado, em que a Rota da Terra Fria surge como meio para atrair e reter investimentos (até mesmo como alavanca para a melhoria das condições de vida dos residentes) e como instrumento de qualificação territorial e de valorização dos recursos endógenos, com benefícios e mais-valias para as populações locais.

Este Programa, pretende ainda interligar um conjunto de infra-estruturas, como é o caso dos parques naturais já existentes, e onde a proposta do Parque Temático da Trajinha - **Bragança** deve estar inserida, privilegiando, desta forma, os recursos naturais envolventes e criar alguma dinâmica a esta zona territorial e transfronteiriça.

O parque temático deverá ainda possuir e executar um programa pedagógico para os visitantes (como acontece nalguns dos parques já existentes) e, em particular, para as escolas, baseado na compreensão da biologia, ecologia, eco-conservação das espécies existentes na colecção e dos seus habitats naturais, bem como da, geologia e etnografia, temas esses presentes no desenvolvimento deste Parque.

Desta forma pretende-se um projecto ambicioso para o qual converge um conjunto de vectores fundamentais, integrando tanto componentes ecológicas, ambientais e pedagógicas, como também práticas desportivas e lúdicas.

Tornou-se necessário contratar o projeto de execução do Parque Temático – Bragança considerando que a data de submissão da candidatura terminava em finais do mês de setembro, neste sentido e considerando o interesse público, e para não perder FEDER/investimento foi elaborado o projeto de execução de imediato. O dito projeto foi aprovado em RC de 12/11/2018. No entanto no decorrer da sua aprovação até à presente data,



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

verificou-se a necessidade de reajustar os projetos aos valores máximos de financiamento, de acordo com as instruções do executivo. Assim e de modo a permitir a execução da empreitada será necessário dividir-se o projeto da 1ª fase em duas fases. Para tal devem ser realizados, por parte do Projetista, os reajustamentos necessários ao projeto de execução, mapa de quantidades e orçamento de modo a permitir a desagregação da 1.ª fase em duas. Neste sentido propomos o convite para faseamento do projeto ao adjudicatário do projeto de execução global.

2. OBJECTIVOS

2.1. **OBJECTIVOS GERAIS**

A metodologia desenvolvida para o Parque tem como principal objectivo a harmonização das ideias propostas pela equipa pluridisciplinar e a concretização das intenções e ideias apresentadas pela Câmara Municipal de Bragança (CMB).

O empreendimento está enquadrado numa zona periférica à malha urbana, onde existe alguma ruralidade, cujas características se adaptam perfeitamente à implantação de um Parque temático de Lazer e Recreio. Por isso, deve ser funcional e satisfazer todas as necessidades (de forma a constituir um repositório da flora, da vegetação e dos habitats que ocupam a diversidade geológica, climática e orográfica locais) e implantar-se ao máximo, segundo a orografia do terreno bem como minimizar os impactos resultantes da sua implementação, pelo que esta Memória tem em atenção os seguintes aspectos:

- Toda a rede de Caminhos Pedonais deverá estar enquadrada na reconstituição paisagística proposta, tendo em atenção os declives, de modo a assegurar o acesso a pessoas com deficiências motoras;
- Realçar as características do Parque, promovendo as suas características, a sua divulgação turística, a sua contínua frequência e visita da totalidade do público-alvo ao longo de todo o ano;
- Assegurar uma correta distribuição das atividades inerentes ao Parque com espaços distintos, mas interligados;
- Criação de espaços temáticos de acordo com as funcionalidades propostas, que deverão ter alguma relação entre si como exemplo a água;
- Formar uma entidade coerente entre a paisagem e a arquitetura proposta;
- Propor coberto vegetal adequado, nomeadamente espécies autóctones ou, eventualmente, outras já existentes na zona, introduzidas pelo homem, assegurando a correta integração na paisagem envolvente e criação de pontos de descontração e convite ao passeio pedonal;
- Conceber um zona de cascata com capacidade lúdica,

Pretende-se, assim, criar em toda a área de intervenção, um espaço globalmente rico em termos arquitetónicos, paisagísticos, etnográficos e de recursos patrimoniais, aliando a



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

preservação dos costumes e usos tradicionais com a introdução de novas componentes, criando assim uma dinâmica funcional e não desprezando a comodidade e conforto da arquitetura moderna dela provenientes.

Outro dos aspetos fundamentais é a componente ambiental e pedagógica, que é, em grande parte desenvolvida na zona mais natural. Aí se pretende sensibilizar as pessoas, devendo para isso desenvolver-se um programa pedagógico com os seguintes objectivos:

- a) Identificar problemáticas relacionadas com a conservação dos ecossistemas;
- b) Identificar e definir as ameaças existentes à biodiversidade;
- c) Promover atividades que relacionem a observação in loco dos animais do parque zoológico com informações teóricas relativas ao comportamento e bem-estar dos mesmos;
- d) Identificar e desenvolver estratégias orientadas para a resolução de problemas relacionados com a protecção e a conservação de animais selvagens.

2.2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICO/ECONÓMICOS

Este Projeto pressupõe os seguintes objetivos estratégico-económicos:

- Criação de serviços apelativos à captação de turismo nacional e internacional;
- Criação de um espaço que não se cinja só a uma temática, mas sim a um conjunto abordagens (Natureza / Tradição / Educação / Lazer e Desporto/aventura), de forma a captar o máximo de emprego;

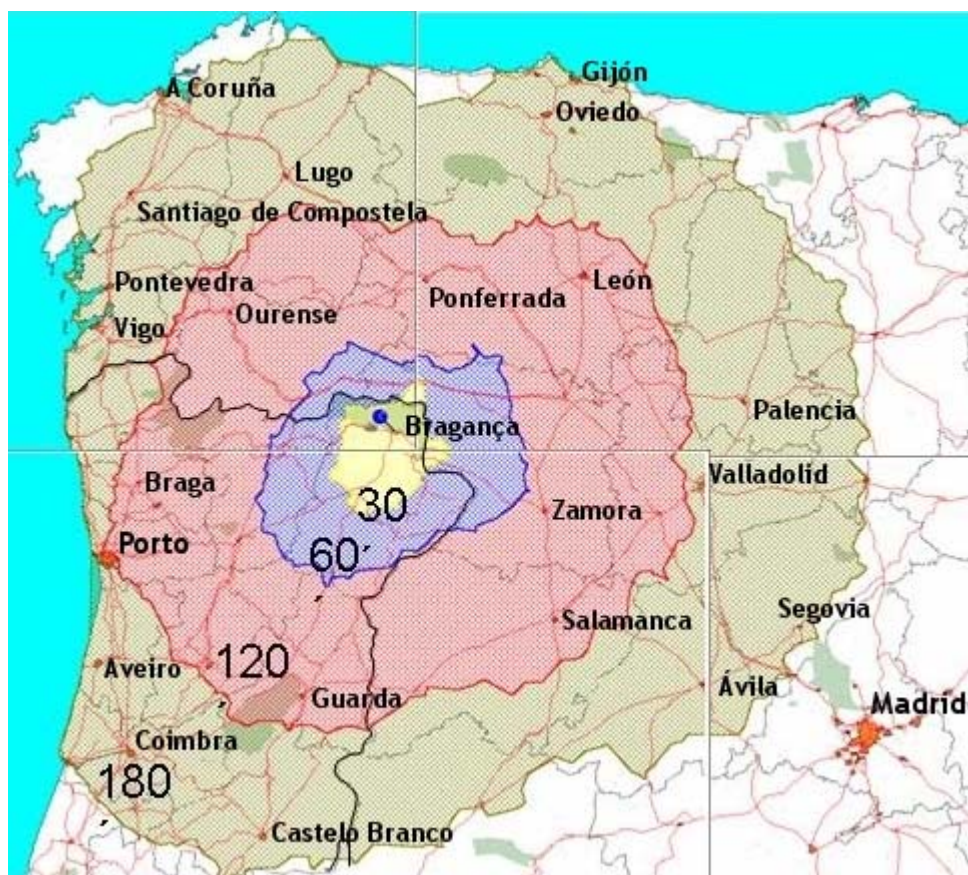
Relativamente à captação de turismo, prevê-se que o mercado potencial seja preferencialmente o Português e Espanhol, muito embora o mercado internacional (vizinha Espanha) também se preveja bastante interessado, devido às boas relações com as regiões fronteiriças de Galiza e Castela - Leão (Tratado de Geminação / hermanamiento com a cidade de León).





Como é possível verificar na imagem seguinte a área de influência do Parque poderá expandir-se até um raio de cerca de 250 km (ou seja, cerca de 3 horas de viagem), sendo a população residente em Portugal num menor raio (com cerca de 30 minutos de deslocação) a que irá mais, e com maior frequência visitar ao parque; embora quando se trata de deslocações maiores, prevê-se que os vizinhos Espanhóis visitem mais vezes o Parque.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL



-  A 30 minutos de deslocação
-  A 60 minutos de deslocação
-  A 120 minutos de deslocação
-  A 180 minutos de deslocação

3. Identificação do concurso

O concurso para aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução, identifica-se por **“Alteração ao Projeto de Execução Parque Temático – Bragança”**

3.1. O concurso compõe-se de uma única fase, que consta da apresentação de proposta para a elaboração do Projeto, e tem por objetivo a seleção do concorrente que melhor dê satisfação ao interesse público, atentos ao cumprimentos das cláusulas técnicas previstas no Caderno de Encargos.

3.2. O Projeto será composto pelos projetos de Arquitetura, de Especialidades e de localização dos equipamentos necessários para o empreendimento em causa.

4. Prazos

O prazo proposto para desenvolvimento do disposto é de 8 (oito) dias, a contar da data de adjudicação:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Original

5. Condicionantes orçamentais

5.1. Na conceção do projeto, foi definido um preço base que agora se tornou necessário alterar e como tal contratar novamente a equipa projetista do projeto de execução do Parque Temático – Bragança. Sendo este aprovado em RC de 12/11/2018, após avaliação do mesmo veio-se a verificar que para abertura da empreitada seria necessário dividir-se o projeto da 1ª fase em duas fases. Para tal devem realizar-se ajustes ao projeto, ao mapa de quantidades e ao orçamento o que resultará num preço base novo máximo de 890.000,00€ (oitocentos e noventa mil euros mil). Continua no entanto em cima da mesa a necessidade de depois se executar a 2.º e 3.º fase no total de 4.400.000,00 € (quatro milhos e quatrocentos mil euros), sem valor do IVA à taxa legal em vigor.

5.2. Caso a proposta de valor mais baixo apresentada em fase de concurso de empreitada, exceda o limite financeiro definido no n.º 5.1, fica o Prestador de Serviços obrigado à revisão dos projetos, de modo a que os encargos com a execução se comportem dentro dos valores definidos, sem direito a qualquer remuneração complementar, salvo se essa variação for devida a subida anormal e imprevisível, à data de execução do objeto de contrato, dos preços de materiais, equipamento ou mão-de-obra.

5.3. Nos casos previstos na parte final do n.º anterior fica o Prestador de Serviços obrigado à revisão dos projetos, de modo a que os encargos com a execução se comportem dentro dos valores definidos, havendo lugar à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, nos termos previsto no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos.

6. Condições de admissibilidade

6.1. Pode ser concorrente ao concurso pessoa singular ou coletiva, ou agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, devidamente constituída como Equipa Técnica.

6.2. A Equipa Técnica concorrente deverá obrigatoriamente incluir, para além de outros, técnicos com formação superior ao nível de licenciatura nas áreas dos projetos em causa;

6.3. A coordenação da Equipa Técnica deverá ser obrigatoriamente assumida por um Técnico, que será o interlocutor direto com a Câmara Municipal durante a elaboração de todas as fases do Projeto, e por isso designado por Autor do Projeto.

7. Proposta Técnica

7.1. A Proposta Técnica deverá indicar sucintamente a forma de desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Projeto, bem como a adequação da metodologia preconizada à natureza e extensão dos serviços a prestar.

8. Elementos constitutivos do projeto

8.1. O Projeto deverá incluir e cumprir o estabelecido no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e satisfazer as exigências preconizadas na Portaria nº 701–H/2008 de 29 de Julho.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

9. Condições de entrega final do projeto

9.1. De todos os elementos que compõem as várias fases do Projeto, bem como das eventuais alterações ou aditamentos decorrentes do respetivo processo de aprovação, serão entregues à Câmara Municipal de Bragança, três exemplares em suporte papel e um exemplar em suporte digital [CD-ROM].

9.2. Os elementos escritos, em suporte papel, deverão adotar o formato A4 e ser devidamente encadernados, sendo no entanto admissível, desde que justificado, que seja também usado o formato A3.

9.3. Os elementos gráficos e desenhados, em suporte papel, deverão adotar o formato A1 e ser devidamente dobrados e encadernados, sendo no entanto admissível, desde que justificado, que seja também usado o formato A0.

9.4. O Projeto e demais documentos anexos passam, depois de entregues, a ser propriedade da Câmara municipal de Bragança, que por isso os poderá utilizar e reproduzir livremente para os fins que entenda convenientes, sem prejuízo da salvaguarda dos direitos de autor consignados na lei, bem como do direito de a equipa técnica os vir ela própria a utilizar posteriormente em comunicações, publicações ou ações publicitárias.

10. Elementos a fornecer pela Câmara Municipal de Bragança

10.1. As partes constitutivas do processo de concurso podem, nas condições previstas no Convite, ser examinadas ou adquiridas pelos concorrentes, entre as datas da receção do convite a entrega das propostas.

10.2. Durante o prazo para entrega das propostas, os concorrentes poderão inspecionar os locais em causa e aí realizarem, de sua conta, os reconhecimentos e eventuais estudos, sondagens ou levantamentos complementares que entendam indispensáveis à sua elaboração.

10.3. A Câmara Municipal de Bragança fornecerá posteriormente à equipa técnica contratada, de forma gratuita, altimetria e ortofotomapas relativos aos locais da intervenção, disponíveis no SIG do Município.

11. Obrigações da Câmara municipal de Bragança

11.1. Durante os trabalhos de elaboração do Projeto, a Câmara Municipal de Bragança proporcionará apoio à Equipa Técnica, sob as formas que venham a ser referidas no contrato e, genericamente, nas seguintes:

11.1.1. Promovendo as solicitações por diligências que lhe sejam indicadas pela Equipa Técnica, como pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.

11.1.2. Transmitindo todas as informações com relevância para o processo de elaboração do Projeto que sejam do seu conhecimento.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

12. Obrigações da Equipa técnica

12.1. A Equipa Técnica, obriga-se ao seguinte:

12.1.1. Projeto de execução da alteração

12.2. A Equipa Técnica, para além da execução de todas as fases e elementos constitutivos previstos no caderno de encargos, relativos à elaboração e formalização do Projeto, e do estipulado nas cláusulas contratuais, obriga-se ao seguinte:

12.2.1. Definir conjuntamente com a Câmara municipal de Bragança, qual o âmbito das ações, públicas ou privadas, suscetíveis de poderem afetar o desenvolvimento e execução do Projeto.

12.2.2. Transmitir à Câmara Municipal quaisquer informações sobre problemas detetados, e sugestões relativas à eventual reformulação do Projeto.

12.2.3. Participar nas reuniões convocadas pela Câmara Municipal, desde que a convocatória seja feita com oito dias de antecedência e acompanhada da respetiva agenda.

13. Projeto de Execução

13.1. Elaboração de peças desenhadas que permitam a correcta realização da obra em função do definido no projeto base.

13.2. Todas as peças desenhadas serão desenvolvidas às escalas (1/2000, 1/250, 1/100, 1/50 e 1/20) que permitam uma correcta interpretação das propostas ao nível da modelação dos terrenos, perfis, planimetria, altimetria, pavimentação, detalhes construtivos, acabamentos, equipamentos, instalações técnicas, estruturas, drenagens, iluminação, etc.

13.3. O Plano de segurança e saúde em fase de projeto e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição fazem parte integrante do projeto de execução

13.4. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de bens/serviços a obrigação de elaborar as peças escritas da futura obra que serão compostas: Memórias descritivas e justificativas, Cadernos de Encargos, Medições, Mapa de quantidades e Estimativa Orçamental, Termos de responsabilidade de todos os projetos e Programação dos trabalhos

13.5. Constitui obrigação do prestador de bens/serviços, o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos fornecimentos definidos no objeto deste procedimento. O prestador de bens/serviços obriga-se a garantir que o projeto a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento do projeto junto das entidades que o exijam.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

14. Suspensões

14.1. A suspensão temporária dos trabalhos de elaboração do Projeto poderá partir da iniciativa da Câmara Municipal ou da própria Equipa Técnica, após comunicação escrita da parte que a pretenda, em que se fará constar as razões que a justifiquem.

14.2. A Câmara Municipal poderá a todo o tempo promover a suspensão dos trabalhos de elaboração do Projeto por razões de conveniência, considerando a equipa nesse caso assim suspensa a contagem do prazo global para a sua elaboração.

14.3. A Equipa Técnica poderá igualmente promover a suspensão dos trabalhos desde que se verifiquem circunstâncias que impeçam o seu desenvolvimento em condições de normalidade, e desde que derivadas de factos que lhe não possam ser imputados.

14.4. Em caso de suspensão por um período superior a 180 dias, a parte que a houver promovido terá direito a receber uma indemnização correspondente ao valor dos honorários da fase do trabalho que haja sido suspensa.

14.5. Findo o período de suspensão, no reatamento dos trabalhos, será de admitir o ajustamento dos prazos inicialmente previstos.

14.6. Quando a causa da suspensão for imputável à Câmara Municipal, poderá a Equipa Técnica propor uma revisão do valor global dos honorários.

15. Penalidades

15.1. Pelo não cumprimento do prazo global para a elaboração do Projeto, a Câmara Municipal poderá aplicar uma multa diária de valor igual à razão do preço global da Proposta pelo prazo previsto para a sua elaboração.

15.2. Excetuam-se naturalmente do número anterior os atrasos cujas causas sejam imputáveis à Câmara Municipal, bem como aqueles que, apesar de imputáveis à Equipa Técnica, sejam devidos a motivo de força maior como tal reconhecido pela Câmara Municipal.

15.3. Para os litígios decorrentes da execução do contrato para a elaboração do Projeto, serão competentes os tribunais da comarca de Bragança.

16. Omissões

16.1. Em tudo o omissos no presente processo de concurso observar-se-á o disposto no CCP publicado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na Portaria nº 701-H/2008 de 29 de Julho e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, de acordo com o tipo de serviço a contratar.